

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COEMA

1

1 Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de junho do
2 ano de dois mil e onze, no auditório da Semace, realizou-se a 41ª reunião
3 extraordinária do COEMA sob a Presidência do Dr. Paulo Henrique Ellery
4 Lustosa da Costa (Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio
5 Ambiente - CONPAM) e Dr. José Ricardo Araújo Lima, Secretário Executivo do
6 Coema - (Superintendente da Semace) e as presenças das Conselheiras e
7 dos Conselheiros: Ricardo Costa e Silva (SECITECE); Olga Valéria Barbosa
8 Teixeira (Secretaria do Turismo - SETUR); Walmir Severo Magalhães
9 (Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA); Francisco Pinheiro Chagas
10 (Secretaria da Saúde - SESA); Francisco Pinheiro (Secretaria da Cultura -
11 SECULT); Francisco Dário Feitosa (Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH);
12 Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho (Procuradoria Geral do Estado -
13 PGE); Francisco Wilson Gonçalves (Procuradoria da Justiça do Ceará - PGJ);
14 Oyrton Azevedo de Castro Monteiro Júnior (Universidade de Fortaleza -
15 UNIFOR); Nadja Maria Sales Vasconcelos (Universidade Estadual do Ceará -
16 UECE); Henrique Torres de Melo (Federação da Agricultura do Estado do
17 Ceará - FAEC); Antônio Renato Lima Aragão (Federação das Indústrias do
18 Estado do Ceará - FIEC); José Militão de Almeida Neto (Federação dos
19 Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Ceará - FETRAECE); João
20 Bosco Andrade Moraes (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará -
21 SENGE); Jorge Luiz Braga (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará -
22 AEAC); Pedro Bastos de Macedo Carneiro (Conselho Regional de Biologia-
23 CRBio - 5ª Região); Francisco José de Sousa (Centro Cultural para o
24 Desenvolvimento Sustentável - GERMINARE); e Francisco Vieira Paiva
25 (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES).

26 Pauta:

- 27 I. Abertura da Sessão e verificação do “quórum”.
- 28 II. Leitura e votação das ATAS 196ª, 197ª e 198ª reuniões Ordinárias e 38ª
29 Reunião Extraordinária.
- 30 III. Informes da Secretaria Executiva.
- 31 IV. Informes do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente -
32 CONPAM
- 33 V. Ordem do dia:
 - 34 1. Apresentação e discussão da proposta de modificação do Projeto da
35 Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP. (Resolução Coema No 18, de
36 12/11/2009, aprovada na 32ª reunião extraordinária)
 - 37 2. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº 1545/ 2011-
38 COPAM/NUCAM, referente ao projeto do Complexo Eólico Faísa, de interesse
39 da Eólica Faísa - Geração e Comercialização de Energia Ltda., na localidade
40 Fazenda Faísa, Zona Rural, município de Trairi, com audiência pública
41 realizada no dia 04 de abril de 2011 no município de Trairi, Estado do Ceará.
 - 42 3. Votação do novo calendário de reuniões ordinárias do Coema.
 - 43 4. Relatório da atividades da Câmara Técnica referente ao prazo do
44 licenciamento ambiental do Estado do Ceará.
- 45 V. Palavra Facultada.
- 46 VI. Encerramento.

47 O Presidente iniciou saudando a todos os conselheiros e presentes
48 justificando a não publicação no Diário Oficial do estado as nomeações

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COEMA

49 enviadas que ainda se encontram aguardando a assinatura do Governador e
50 que foi feito um novo processo fazendo a junção de todos os nomeados,
51 prejudicando o **quorum** do Conselho. Falou que mesmo não tendo o quorum
52 para deliberação já havia para iniciar os trabalhos até completar para
53 votação, e se os conselheiros concordarem chamaria o Conselheiro Renato
54 Aragão para fazer a apresentação. **O Conselheiro Renato Aragão,**
55 entregou à Secretaria Executiva uma cópia do relatório das atividades
56 desenvolvida pela Câmara Técnica Temporária para a revisão dos prazos das
57 licenças no Estado do Ceará e fazendo a leitura do relatório: *A Câmara*
58 *Técnica formalizada no âmbito do Conselho Estadual do Meio Ambiente -*
59 *COEMA, com o objetivo de rever os prazos de validade concedidas às licenças*
60 *ambientais no estado do Ceará, tem entre seus membros os representantes*
61 *das seguintes instituições: FIEC (responsável pela Coordenadoria dos*
62 *trabalhos), IAB (responsável pela relatoria dos trabalhos), FAEC, OAB, ONG*
63 *GERMINARE, APRECE, CEDE (ADECE), SEMACE e IBAMA. O grupo em questão*
64 *realizou, até a data de hoje, 2 encontros, sendo o primeiro na sede da*
65 *Semace, no dia 30 de maio p.p., e o segundo na sede da FIEC no mês em*
66 *curso. No primeiro encontro foram apresentadas algumas propostas de*
67 *alteração da nossa legislação, que membros do grupo já possuíam, bem*
68 *como citados exemplos de legislações de outros estados da Federação, que*
69 *já equipararam-se à Resolução CONAMA Nº 237. Para o nosso segundo*
70 *encontro, convidamos a representante do Conselho de Políticas e Gestão do*
71 *Meio Ambiente - CONPAM, a Sra. Maria Dias, que apresentou ao grupo um*
72 *apanhado histórico da legislação pertinente aos prazos do licenciamento*
73 *ambiental do estado do Ceará. Forma esta, encontrada pelos membros da*
74 *Câmara para compreender, de maneira mais clara, qual o pensamento do*
75 *Governo quanto a questão trabalhada. No momento estamos concluindo o*
76 *relatório dos trabalhos acompanhado de uma Minuta de Resolução que*
77 *deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva desse Conselho nos*
78 *próximos dias para que entre na primeira reunião ordinária".* Findada a
79 leitura do relatório o Presidente Paulo, pergunta ao conselheiro se já tem uma
80 previsão da data para a entrega da minuta e o Conselheiro Renato Aragão
81 respondeu que vai fazer uma reunião no dia 22 na FIEC, para mostrar
82 definitivamente e que irá mandar imediatamente para o Conselho para
83 escolher a reunião que vai ser apresentada. O Presidente disse que ficaria
84 para a ducentésima reunião ordinária conforme a votação do novo calendário
85 de reuniões do Coema, até o final do mês no dia 30 de junho e antecipando a
86 pauta da próxima reunião porque tem dois itens que o Conselho vai precisar
87 discutir e é possível que as nomeações já tenham sido circuladas. Disse que
88 até o final de junho tem que haver a aprovação do Plano Estadual de Controle
89 da Poluição Veicular, que deverá entrar na pauta de junho a discussão desse
90 Plano, e que a Minuta já foi enviada ao Ministério do Meio Ambiente, para a
91 ABEMA que também está fazendo a articulação, que na próxima semana
92 estará discutindo na ACERT com o setor de transporte e também com o
93 Detran discutindo essa resolução para ouvir as contribuições e depois trazer
94 para as discussões e votação aqui no Coema. O outro item é o da revisão dos
95 prazos de licenciamento ambiental. Agradeceu ao Renato Aragão pelos
96 informes e relato dos avanços. Falou das ATAS e que os conselheiros já estão
97 de posse delas e para serem aprovadas precisaria de quorum. **O Secretário**
98 **Executivo Ricardo Araújo,** fez os informes de justificativas de falta dos
99 conselheiros da APRECE, CEDE e SEPLAG. **O Presidente,** falou da
100 importância que levou ao Presidente da Assembléia juntamente com a dra.

101 Sheila Pitombeira, e com a eminência sobre o Código Florestal, que seria
102 oportuno que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará começasse a se
103 debruçar sobre uma revisão, uma adequação e uma atualização do marco
104 legal da política Estadual de Meio Ambiente. Disse que houve uma motivação
105 da FAEC que já tinha estado com o Presidente da Assembléia propondo uma
106 discussão de um novo Código Ambiental, mas que foi analisado na questão do
107 rito legislativo pediram ao Presidente da Assembléia que num primeiro
108 momento fosse feita uma consolidação da legislação. O Presidente concordou,
109 achou uma boa ideia e anunciou na Assembléia itinerante que teve em
110 Guaramiranga. **O Conselheiro Bosco Morais do Senge**, falou que
111 implementando e apoiando a ideia do Presidente Paulo Henrique Lustosa,
112 disse que houve a semana da geologia e que foi discutido também o Código
113 Florestal, e que o Código está sendo apresentado para a sociedade numa
114 forma que não é realidade. Disse que as pessoas estão surpresas porque foi
115 aprovado na Câmara, pensam que está acontecendo várias mudanças, mas
116 que as mudanças são mínimas e que aqui no Ceará vai continuar se assim o
117 Senado entender que nas dunas quase não tem intervenção, e que isso é
118 uma preocupação para os empreendedores. Disse que dentro dessas
119 discussões que tiveram na semana trouxeram um Professor da UFRJ, Geólogo
120 que faz parte dessa comunidade que tem pessoas não geólogas, mas que
121 pensam assim, que acha que o aquecimento global é uma fraude. Disse
122 também que um dos seus companheiros escreveu um livro e que está
123 passando para os companheiros e Presidente do Coema de que discutisse no
124 Conselho num momento oportuno sobre o Código Florestal que está muito
125 mal explanado para a sociedade e sobre a fraude da questão do aquecimento
126 global. **O Presidente**, respondeu que em breve o conselho irá discutir sobre
127 o Código Florestal, porque terão que ver como a Legislação Ambiental do
128 Estado e como o regramento do Conselho recepciona e recepcionará as
129 eventuais mudanças que forem aprovadas pelo Congresso Nacional o Código
130 Florestal. E disse que sobre as mudanças climáticas e aquecimento global
131 seria uma pauta interessante e que o Governo do Estado tem um olhar ainda
132 que respeite as opiniões contraditórias, tem um olhar de cautela com relação
133 a mudanças climáticas e que tem políticas voltadas para isso, que o Conselho
134 não é do Governo do Estado é da sociedade cearense e mesmo que fosse
135 para o Conpam essa proposta achou que é um tema que vale um debate e
136 que em breve será discutido no Coema. **O Conselheiro Henrique Torres de
137 Melo da Faec**, achou pertinente a colocação do conselheiro Bosco e disse
138 que pegaria dois ganchos: um do Presidente quando disse que o Fórum de
139 Debates que é o Conselho, e que as ATAS foram muito sucintas e que não
140 apresentam as discussões apaixonadas que apresentam no Conselho e que
141 ficou temeroso de que os conselheiros tivessem perdendo a qualidade de
142 Fórum de Debate. Falou também que quando o conselheiro Bosco fez o
143 gancho de que o Conselho precisava de ir para um novo patamar no Conselho
144 de Discussão de Políticas Públicas e de meros analistas dos projetos dos
145 empreendimentos propostos era para terem realmente o espaço resgatado, e
146 que talvez como a ATA ficou sucinta prejudique a discussão, a interpretação e
147 a exposição do pensamento de cada um e a entidade representada pelos
148 conselheiros. Disse que particularmente quanto ao gancho do Código
149 Florestal, da necessidade do conselho ter que discutir internamente no Estado
150 é porque não só os expoentes mais notáveis da economia agrícola do estado
151 como a carcinicultura, a fruticultura e esses que estão mais no painel de
152 exposição, estavam todos na ilegalidade com a situação atual. Exemplificou

153 os plantadores de arroz do Iguatu que não podiam plantar arroz, porque
154 ocupam APP, é várzea de rio e que isso é feito assim desde o Nilo, e que não
155 se tem como numa região semiárida não poder usufruir da pouca água
156 existente no Estado, e é por isso que o Estado com a cultura de acúmulo de
157 água, de busca de reservatório permanente para tentar minorar essa agonia
158 do homem do campo com o seu meio ambiente. Disse que o Código Florestal
159 passou por vários avanços e que o Deputado Aldo rabelo entendeu muito
160 bem a situação de ilegalidade de que se encontrava toda a produção
161 brasileira. **O Presidente Paulo**, comentou que a pauta será boa para
162 discussão e passou para o primeiro item da pauta e disse que é uma questão
163 que foi trazida para o conselho para uma discussão preliminar e que vai
164 retornar ao Conselho, a Companhia Siderúrgica do Pecém teve a licença
165 prévia do projeto aprovada na 32ª reunião extraordinária no Conselho em
166 novembro de 2009, e que a partir daí ela vem fazendo todos os seus projetos,
167 os Planos de Instalação e já requereu a licença de instalação, mas houve
168 entre o que foi aprovado originalmente e o resultado final para o pedido de
169 licença de instalação houve um conjunto significativo de mudanças na
170 proposta através de um acompanhamento feito pela Semace. Informou que a
171 Companhia Siderúrgica preocupada em dar transparência e manter um
172 diálogo com o Conselho pediu para fazer uma apresentação e voltou a dizer
173 que não é um processo de deliberação porque já foi feito na fase da licença
174 prévia. **O Conselheiro Franzé da Germinare**, se pronunciou para dizer da
175 importância da apresentação e parabenizou o Conselho e a Semace, porque
176 está no que ele falou na reunião passada em que disse que o conselho
177 liberava a licença prévia dos empreendimentos, mas que depois o conselho
178 não acompanhava as atualizações, os esclarecimentos e que cada vez mais
179 os Conselheiros e o Conselho que tem a grande responsabilidade de
180 acompanhar as mudanças dos empreendimentos. Parabenizou o Presidente
181 Paulo e Secretário Executivo Ricardo pela nova ação de trazer a apresentação
182 dos projetos que foram apresentados e que deveriam ser complementados. **O**
183 **Secretário Executivo**, complementou dizendo que quando o Marcelo a
184 Semace, viram que a mudança era significativa, e eles fizeram a
185 apresentação da mudança que foi analisada novamente pela Semace e achou
186 justo que o Coema tomasse conhecimento da alteração. O senhor **Marcelo**
187 **Baltazar, Coordenador de Meio Ambiente da Companhia Siderúrgica**
188 **do Pecém**, fez a apresentação das alterações do projeto através de slides e
189 findada a apresentação o Presidente perguntou se os Conselheiros querias
190 fazer algum questionamento com relação a apresentação. **O Conselheiro**
191 **Henrique Torres de Melo da Faec**, parabenizou o senhor Marcelo pela
192 apresentação e disse que um dos pontos que queria tocar era que assistiram
193 a apresentação e a aprovação da primeira proposta de ocupação da área e do
194 projeto de concepção da companhia Siderúrgica do Pecém e argumentou
195 sobre a questão que talvez contraditória com relação ao sistema de
196 aprovação dos conselheiros. Disse que em conversa paralela comentou que o
197 Conselho concede a LP e na LP a Semace emite as condicionantes e que
198 foram boas, e que se não fossem as transparências, parabenizou o Presidente
199 e o Secretário Executivo de expor as alterações mesmo sendo uma coisa
200 interna do órgão e que ia tramitar no Departamento Técnico os Conselheiros
201 não iam tomar nenhum conhecimento. Disse, então, que era muito salutar e
202 que talvez tivessem que aprovar a LI e deixar a Semace mais a vontade para
203 ter agilidade no processo de licenciamento, porque ficava se colocando no
204 lugar do empreendedor que vai expor o projeto seguinte pela terceira vez e

205 não tem quorum. Disse também que é angustiante porque o empreendedor
206 quer desenvolver, quer gerar renda, impostos para o Estado e a forma que a
207 legislação como é posta não permite ao empreendedor. Argumentou que o
208 próximo projeto que vai ser apresentado o empreendedor já ganhou o leilão,
209 que ele já está atrasado e lamenta em não ter quórum. E voltou para o tema
210 da CSP comentando que viram as alterações propostas pelo corpo técnico
211 que foram acatadas e pela própria reanálise do projeto de reengenharia do
212 processo, obteve ganhos e parabenizou. Colocou uma preocupação dentro do
213 processo de desenvolvimento da região do Complexo do Portuário do Pecém
214 vem sofrendo e que vai se acelerar nos próximos anos impactando
215 notadamente Caucaia e São Gonçalo, não vê preocupação dos macro
216 empreendedores dos que estão fazendo o vetor do desenvolvimento com a
217 questão social, em saber onde é que vão ficar abrigadas a população
218 migrante que será futuros funcionários da Companhia Siderúrgica e os que
219 vão de fato erguê-la, para não ter um processo de favelização dos municípios.
220 Disse que viu essa preocupação externada pela Deputada Bete Rose, pelo
221 Prefeito de São Gonçalo quando da audiência pública da Refinaria do Pecém.
222 Disse que na apresentação do senhor Marcelo não foi apresentado nenhum
223 estudo ou concepção de logística ou de como isso se dará, e pediu para o
224 senhor Marcelo se pudesse dar os números de empregos gerados na
225 construção, qual o número de empregos na operação final, se houve
226 alteração desse número da concepção inicial para essa e como estão
227 pensando na questão de ponto de partida da logística operacional dos
228 funcionários da empresa. **O senhor Marcelo Baltazar**, agradeceu pela
229 pergunta e que era muito pertinente. Disse que estava conversando com as
230 pessoas da Fundação Darcy Ribeiro e perguntou pelo desdobramento do
231 Plano de Básico de Ações que estão desenvolvendo e já tem desenvolvido a
232 linha da parte ambiental e falta desenvolver a parte social. Falou que a CSP
233 no momento não apresentou os dados, porque os dados macro não foram
234 alterados, que o número de operários com expectativa de 15 a 17 mil pessoas
235 continua a mesma na fase de construção e que na fase de operação continua
236 o mesmo de 4.000 funcionários e que por isso não trouxe os dados, que
237 apenas se ateuve no que foi discutido sobre a alteração e no que teve na
238 alteração de projeto. Disse que na parte de avaliação social, faunística,
239 florística e etc., continuam a mesma coisa. Disse de como estão se
240 preparando para os próximos anos na linha do tempo a CSP tem ainda um
241 pouco de tempo para desenvolver as etapas que vão ajudar a amortecer
242 esses impactos e que esse ano vão fechar em torno no máximo de 300 a 500
243 pessoas no site, a execução da terraplanagem e no próximo ano começa a
244 crescer essa curva para trabalhar essa atividade. **O Conselheiro Paiva da**
245 **ABES**, perguntou como é que a CSP pensou com relação aos resíduos
246 líquidos, porque você falou que uma parte vai ser tratado e re circulado, e
247 perguntou como está a discussão sobre os resíduos sólidos que a CSP vai
248 gerar. **O Conselheiro Franzé da Germinare**, argumentou que a empresa
249 reduziu as emissões, minimizou a interferência na APP, a empresa melhorou
250 na questão da utilização da água e quando foi falado que teriam interferência
251 em 11 APP's e só foram feitas em 8, disse que indagou com o conselheiro
252 Renato Aragão que fatalmente quando o conselho aprovou esse projeto foi
253 baseado na legislação que a utilização da APP é para interesse social.
254 Perguntou qual o tipo de intervenção, se foi de uma linha, se foi de um duto,
255 se foi uma construção, e parabenizou pela eficiência, porque a mudança da
256 logística da empresa teve três ganhos ambientais de imediato. **O senhor**

257 **Marcelo Baltazar**, respondeu pela sequencia das perguntas, e disse que na
258 área do Complexo tem diversos pontos de altos e baixos, que é uma região
259 de Tabuleiro e que hoje, o setor do CIP que estão é o Setor I tem diversas
260 drenagens naturais e que acabam aparecendo como APP, explicou o que são
261 drenagens naturais e que dentro do terreno disse que tinham onze
262 intervenções em APP's que são pequeno córregos que conseguiram reduzir
263 para dois, e que isso aconteceu muito em função da primeira intervenção que
264 foi feita pelo Estado com a construção da macrodrenagem alteraram a
265 configuração da região do Setor I do Complexo. Respondeu a segunda
266 pergunta, que se pegar o processo de produção de aço de anos atras e agora,
267 não mudou muito o conceito e o que mudou foi a quantidade que eram
268 produzidos quilos por dia e hoje é produzido toneladas por dia. Disse que as
269 tecnologias avançaram e que hoje conseguem organizar num processo novo
270 todos os fluxos, e que na parte dos resíduos os que são produzidos todos eles
271 têm duas características principais que é metálica ou carbono na sua
272 composição, que são usados no processo e boa parte dos resíduos podem ser
273 reutilizados na mesma unidade ou ele é aglomerado para ser utilizado em
274 outra fonte. Os resíduos que não tem essas características a matéria minério
275 de ferro que sílica agregada que é a mesma composição da areia e que sai
276 num determinado ponto chamado de esporeá que são reaproveitados fora do
277 processo da CSP. Disse quando faz as contas de todo esse material dentro do
278 processo e fora do processo da CSP a destinação final é 97% dos resíduos e
279 os 3% vão ter destinação externa seria para um Aterro que ainda não existe,
280 mas como vão terminar a implantação dentro de 4 anos nesse período vão
281 atrair parceiros para desenvolver esse lixo de mercado. **O Presidente**,
282 agradeceu ao senhor Marcelo e Companhia Siderúrgica do Pecém que
283 receberam os aplausos da plenária. O Presidente chama a consultoria para
284 apresentação do segundo item da pauta e coloca em votação as ATAS e o
285 calendário da alteração das datas de reuniões ordinárias do Coema, ficando
286 para a primeira quinta feira de cada mês. Colocou em votação as ATAS 196ª,
287 197ª e 198ª reuniões Ordinárias e 38ª Reunião Extraordinária e o Calendário
288 das reuniões que foram aprovadas por unanimidade. Passou a palavra para a
289 consultoria para a apresentação do Parecer Técnico Nº 1545/ 2011-
290 COPAM/NUCAM, referente ao projeto do Complexo Eólico Faísa, de interesse
291 da Eólica Faísa - Geração e Comercialização de Energia Ltda., na localidade
292 Fazenda Faísa, Zona Rural, município de Trairi, com audiência pública
293 realizada no dia 04 de abril de 2011 no município de Trairi, Estado do Ceará.
294 O Técnico da Semace Sérgio Lôbo, fez a apresentação do parecer técnico e
295 findada a apresentação o empreendedor fez a apresentação da localização do
296 projeto. Em seguida o Presidente passou para discussão do projeto. **O**
297 **Conselheiro Henrique Torres de Melo**, disse que foi Presidente do
298 Sindicato Rural de Trairi durante 3 mandatos e na época do Sindicato Rural
299 Patronal é vizinho da Faísa na Fazenda Poço Redondo e quando ele disse que
300 tinha leopardo ficou preocupado, mas deu a certeza que não tem esse gato
301 do mato por lá. **O Presidente**, colocou em votação o Parecer Técnico Nº
302 1545/ 2011-COPAM/NUCAM, referente ao projeto do Complexo Eólico Faísa. **O**
303 **Secretário Executivo**, fez a chamada para votação. **O Presidente**, fez a
304 leitura da aprovação do projeto com 17 votos a favor e 02 abstenções. **O**
305 **Conselheiro Renato Aragão da Fiec**, fez um agradecimento pela escolha
306 de ser agraciado com a Medalha Chico Mendes e fez um comunicado que no
307 dia 17 seria o Dia Nacional da Desertificação e que o Ministério do Meio
308 Ambiente irá fazer uma solenidade com o destaque da Caatinga como um dos

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COEMA

309 ecossistemas mais agredidos do Brasil. **O Presidente**, pediu um pouco de
310 paciência aos Conselheiros, porque queria colocar uma situação e também
311 queria ouvi-los. Disse que numa das últimas reuniões, talvez na 197 foi
312 aprovada um rito de licenciamento específico para as eólicas para fins de
313 leilão, a Resolução Coema 06. E que hoje, a Superintendência da EPE, a
314 Empresa de Políticas Energética optou por não conhecer esse tipo de licença
315 prévia. Disse que estão solicitando o jurídico da Semace como vai ser dado o
316 encaminhamento para essa questão e solicitou aos Conselheiros que se eles
317 aceitassem para uma colocação de uma inclusão de pauta para uma votação
318 rápida para revogar a Resolução Coema Nº 06. **O Secretário Executivo**,
319 explicou que a Superintendência da EPE disse que fere a legislação federal
320 por se tratar que a semace está dando duas licenças prévias. A Semace está
321 dando uma LPL e depois um LP e por isso eles não estão aceitando porque
322 não existem duas LP's e que a LPL não estaria dando a segurança devida para
323 a participação do leilão uma vez que depois é que ser emitida a LP. E numa
324 reunião na SEINFRA foi solicitado que fosse resolvido com urgência porque o
325 leilão é em agosto. **O conselheiro Henrique Torres de Melo**, disse que o
326 tempo é curto e que os leilões estão pre datados para o início de julho, e que
327 se colocava no lugar do empreendedor e o tempo é pouco e que os novos
328 projetos no seu entendimento são os mais prejudicados porque não passaram
329 por novos licenciamentos, mas os projetos que não ganharam o leilão de
330 novembro do ano passado e de agosto de 2010 esses foram habilitados pela
331 Semace estão com as licenças prévias vencidas temporariamente porque foi
332 dado um limite até o leilão e talvez operacionalemnte renovar essas licenças ,
333 porque a Semace não precisaria convocar o Conselho. O Presidente,
334 concordou com a urgência, mas achou que não tem urgência para revogar,
335 porque a Resolução Coema 06, em nenhum momento revogou nenhum
336 aspecto da resolução 08 de 2004. **O Conselheiro Anastácio Jorge da PGE**,
337 sugeriu que fosse colocada uma condicionante, porque não existe norma
338 específica que para licença prévia seja aprovada ao EIA/RIMA. Disse também
339 que poderiam permitir que a licença prévia seja expedida com a revogação da
340 resolução que foi estabelecida e fica na obrigatoriedade de para a expedição
341 da LI vai ter que ser aprovado em algum momento o EIA/RIMA e que vai ter
342 que vir ao Coema para ser aprovado. **O Presidente**, perguntou o que
343 pederiam propor para não ser preciso Resolução e em discussão com o
344 Procurador Martinho da Semace ficou decidido em consultar a Semace o
345 prazo para essa decisão, mas ficou estabelecido que uma das condicionantes
346 de todas essas LP's para LI que os empreendimentos voltaram ao Conselho
347 para avaliação do Coema. Fidando a sessão o Presidente agradeceu a
348 presença de todos e encerrou a sessão.